

INTRODUÇÃO

Neoprodutivismo, Neoassociativismo e Turismo Campestre: outras faces do novo rural

Amilcar Baiardi*

Com o aproximar-se do fim do século, a atividade intelectual com caráter de predição toma um impulso particular, em todos os campos do conhecimento. No setor agrícola, melhor dizendo, com o mundo rural, não poderia ser diferente. O esforço de antecipar o que seriam as grandes tendências e as novas estruturas que estão se constituindo é universal e nesta dimensão engloba elementos explicativos genéricos, que são comuns às várias realidades e elementos explicativos específicos, próprios de determinados espaços, inclusive o Brasil. O Dossiê Temático ora apresentado é uma pequena amostra deste empenho criativo aplicado ao Brasil. Tenta o mesmo reunir textos inéditos com elevado poder analítico e explicativo, escritos por conhecidos analistas do mundo rural, os quais têm em comum dois traços: 1) a preocupação de entender processos de grande atualidade e 2) a capacidade de antecipar tendências. Na seleção intencional dos textos, por razões de espaço e de escopo, foram privilegiadas as abordagens mais genéricas, com destaque para aquelas que focalizassem as análises comparadas.

Quatro são os trabalhos que fazem parte deste dossiê. Um deles é resultado de uma co-autoria entre Marc Dufumier e Vitor de Athayde Couto e versa sobre o “neoprodutivismo”, apontando para a emergência de um

* Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia e Pesquisador do CNPq.

novo paradigma de produção agrícola, cujos supostos estão baseados em uma crítica responsável do paradigma produtivista, que nasceu com a “revolução verde”, na década de sessenta. Dois outros são de autoria individual, sendo um de Ilse Scherer-Warren e outro de Celso Antonio Fávero. Partindo de enfoques teóricos distintos, e abordando objetos diversos, destacam ambos a necessidade de se buscar novos marcos de entendimento para dinâmica das ações coletivas dos agentes envolvidos com o complexo mundo rural. Por último, tem-se um quarto trabalho, também de co-autoria, envolvendo José Graziano da Silva, Carlyle Vilarinho e Paul J. Dale, o qual versa sobre turismo em áreas rurais e suas possibilidades e limitações no caso do Brasil. Este texto, como chamam a atenção os autores, resulta de uma pesquisa mais ampla, denominada sinteticamente de Projeto Rurbano, que procura discutir a relevância dos cortes rural-urbano e agrícola-não agrícola e analisar a importância das atividades não produtivas de derivados vegetais e animais, em áreas rurais.

A ligar os texto como um fio condutor está o empenho dos autores em revelar certos aspectos do que se convencionou denominar o novo no mundo rural, aspectos esses que se expressam seja na forma da ação coletiva, que faz emergir atores e desencadeia mudanças, ou seja na forma da tendência de reorganização produtiva e de hegemonização de novos paradigmas de produção, os quais refletem as inovações tecnológicas, as novas exigências de consumo e a lógica da competição em mercados globais. Uma característica muito curiosa deste recente filão de produção intelectual – que tenta representar as mudanças em curso e as novas configurações estruturais em termos de agentes, sociedade e base física do mundo rural – é que ela não exhibe a menor preocupação de enquadramento nos modelos clássicos explicativos da realidade rural brasileira. Este é um traço tão marcante que se tem a impressão de existir uma deliberada intenção de se descolar da “camisa de força” desses modelos, com o intuito de adquirir maior autonomia epistemológica e exercer um maior poder de predição e também de explicação do que hoje é

o complexo de atividades que mantêm uma base física fora do mundo urbano e que não são mais exclusivamente agrícolas.

A importância das teses que defendiam o caráter feudal ou o caráter capitalista da agricultura brasileira – as quais se sustentavam nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães (1977 e 1978), de um lado, e de Caio Prado Júnior (1966) e Celso Furtado (1972), de outro – é hoje, meramente, histórica. Nos anos sessenta, entretanto, estas teses¹ forneceram argumentos para um célebre debate que orientaria as visões de mundo e as construções programáticas de agrupamentos políticos que objetivavam, simultaneamente, derrotar militarmente o Estado ditatorial e construir uma nova sociedade livre de injustiças. Este debate só seria, de certo modo, superado quando da publicação do trabalho de Moysés Vinhas (1980), mais de uma década depois. Este autor, com base em elementos empíricos, relativizou o peso dos "restos feudais" na agricultura brasileira, mostrando que a generalização do modo de produção capitalista já era uma realidade incontestável.

O que hoje se constata é que essas teses, em que pese a contribuição que trouxeram para orientar a análise da realidade rural brasileira, já não têm relação direta com as abordagens teóricas que fundamentam as investigações apresentadas nos textos que compõem este dossiê. De outra maneira, fica demonstrado que se estabeleceu um certo consenso prático nos meios acadêmicos: a partir de um certo momento de evolução histórica da agricultura brasileira, e também diante do estado de desenvolvimento do conhecimento sobre o meio rural, torna-se ocioso discutir se o monopólio da posse da terra, seja ele de caráter feudal ou patronal capitalista, inviabiliza ou não o desenvolvimento da agricultura, da agroindústria e o surgimento, mais à frente, do complexo agroindustrial. A verdade é que a expansão do capitalismo no campo se deu malgrado a terra continuasse sendo monopolizada. Mais que isto, em certos casos a propriedade da terra foi fundamental para a expansão da *plantati-*

¹ Inspiradas, respectivamente, nos trabalhos clássicos de KAUTSKY (1974), querendo definir uma estratégia para atuação da Social Democracia Alemã no meio rural e LÊNIN (1973), pretendendo construir um programa para os bolcheviques russos.

on, viabilizando garantias reais para financiamento pelo Estado da grande produção capitalista na forma da monocultura, voltada para exportação (BAIARDI, 1982).

Do mesmo modo que carecia de utilidade querer intuir, a partir de um passado feudal ou capitalista mercantil, qual seria a tendência da agricultura brasileira, perdeu sentido também defender que, tomando como marco temporal a década de sessenta, estava em curso um amplo processo de modernização do latifúndio e de diferenciação camponesa que, no limite, faria desaparecer ou perder relevância o estabelecimento familiar de produção (MÜLLER, 1979; SILVA, 1983, BAIARDI, 1986/1988 e SZMRECSÁNYI, 1979/1983/1984). Ou, ao contrário, que a produção patronal não sobreviveria porque a renda da terra e a taxa de lucro seriam destruídas na agricultura empresarial capitalista (NAKANO, 1981, AIDAR e PEROSA, 1981).

A partir da década de oitenta, as evidências empíricas das transformações capitalistas no campo e o reflexo das mesmas em termos de avanços tecnológicos na agricultura e na agroindústria no Brasil, começam a motivar novas abordagens, tomando corpo contribuições que sinalizavam para a peculiaridade do fenômeno da industrialização da agricultura, categoria, se não criada, amplamente divulgada por KAUTSKY (1974). A generalização nos meios acadêmicos brasileiros das metodologias para estudar os negócios agroindustriais, principalmente as teorias de formação das *filières* e dos Sistemas Agroindustriais Complexos, CSA - vide a respeito o trabalho de FARINA e ZYLBERSTAJN (s/d) - impulsionou pesquisas sobre o surgimento dos Complexos Agroindustriais, o que colocaria em outro nível o debate sobre o rural brasileiro, tornando ultrapassados os esforços anteriores de identificar vias de desenvolvimento com base na trajetória histórica, iniciada com a ocupação do território². Neste momento já repercutiam os trabalhos de JACOB GORENDER (1985 e 1986), os quais - além de proceder uma crítica teórica das visões em-

² Este foi um momento no qual a leitura do trabalho de Barrington Moore (1983) se tornou obrigatória nos meios acadêmicos brasileiros. Tratava-se de mostrar que a modernização da agricultura era um processo vindo de cima, nos moldes da "via prussiana".

blematizadas nas teses de Alberto Passos Guimarães e de Caio Prado Júnior e propor a existência no Brasil de um modo de produção peculiar, o escravista colonial – defendiam que na formação histórica do complexo rural brasileiro estiveram presentes mais de uma via e que tanto a propriedade latifundiária como o estabelecimento familiar moldaram-se e funcionalizaram-se à expansão do capitalismo. Ademais da força dos argumentos aduzidos por GORENDER, vieram à luz outros trabalhos realizados por pesquisadores vinculados à UNICAMP, os quais versavam sobre as transformações recentes da agricultura brasileira. Entre esses tornaram-se mais conhecidos os de GRAZIANO (1978, 1981 e 1982), de DELGADO (1985) e, como clímax desta safra, o relatório de pesquisa coordenado por ANGELA KAGEYAMA (1987), sobre a formação dos Complexos Agroindustriais, CAIs, cuja gênese e evolução passou a ser chamada "caificação".

A partir da segunda metade dos oitenta passa-se a ter a sensação de que se ingressara em uma nova era nas investigações sobre o rural brasileiro, o que, sem sombra de dúvidas, era verdade. Os velhos debates sobre o caráter capitalista ou não capitalista, sobre as vias de desenvolvimento, sobre os bloqueios e sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico – este último como repertório de índole neoclássica e aqui não abordado por falta de espaço³ - já não tinham sentido. As evidências eram muito fortes no apontar que o impulso de expansão capitalista – o processo de acumulação induzido pelo Estado e articulado com o capital financeiro e com o capital industrial – tinha transformado e modernizado a agricultura brasileira, gerado um departamento de bens de produção e demais fatores de procedência industrial e tinha, também, expandido o segmento de processamento dos derivados primários, a um ponto que nem mesmo os mais otimistas poderiam supor. O complexo agroindustrial, integrador dos vários estágios das atividades relacionadas com a produção vegetal e animal, passava, então, a ser o que de mais

³ Dois, entre outros tantos, autores neoclássicos que deram significativas contribuições ao entendimento do desenvolvimento agrícola no Brasil foram Ruy Miller Paiva (1968 e 1973) e Eliseu Roberto de Andrade Alves (1979, 1981 e 1984).

dinâmico e de mais relevante existia nos negócios que tinham nexos com a agricultura brasileira.

Desloca-se então o eixo do debate. Não havia mais dúvidas quanto ao dinamismo da agricultura integrada aos CAIs. O rural brasileiro exibia segmentos tecnologicamente avançados e neles predominavam relações livres de trabalho que permitiam a alguns agentes participar em condições vantajosas de parcelas do produto, da renda gerada. Os problemas passavam a ser de outra natureza. Essa modernização, usando a distinção de BENDIX (1996), nada tinha de modernidade. Tinha, sim, muito de exclusão pois os vetores de progresso já eram, em si mesmo, excludentes e formavam, em sua generalização pelo espaço, incorporando regiões e deixando outras de fora, verdadeiros bolsões de miséria. Inúmeras pesquisas foram realizadas na segunda metade dos anos oitenta e na primeira metade dos anos noventa sobre a pobreza e a exclusão rural, merecendo destaque pelo poder de síntese o trabalho de MARTINE (1990). Contudo, pouco avançou-se no sinalizar alternativas até que a dinâmica dos fatos recolocou a necessidade de uma urgente reforma agrária, não mais como viabilizadora de mercado para a indústria mas como geradora de cidadania e de postos de ocupação para a massa de desempregados e subempregados do campo.

Não negando o papel da Reforma Agrária na ampliação da democracia e do bem-estar e em um quadro institucional e de liberdades políticas extremamente favorável, surge o mais importante movimento social da história brasileira, o Movimento dos Sem Terra, MST⁴, com uma proposta que insiste na função da Reforma Agrária como geradora e distribuidora de renda, em um cenário de uma retomada do crescimento econômico em bases diversas. Este crescimento deveria estar condicionado às dimensões sociais e ambientais e ser capaz de ensejar um processo sustentável que, além da regularidade das taxas de expansão do produto e

⁴ Na opinião de Celso Furtado (1998), o MST é a única força social nova com grande capacidade de mobilização. Um movimento inusitado porque envolve populações já urbanizadas que questionam a velha divisão patrimonial das terras, no sentido de promover a formação nas áreas rurais de uma sociedade civil mais estruturada.

da segurança no que concerne ao uso continuado dos recursos naturais, tivesse também a marca da reversão dos desequilíbrios sociais, regionais e da desconcentração industrial, através do surgimento de agro-pólos ou, mesmo como uma utopia necessária, de agro-tecno-pólos que exercessem efeito de atração de empresas de base tecnológica, integrantes da cadeia agroindustrial.

A Reforma Agrária vem intensificando-se com a manutenção da sua face convencional e histórica: distribuição de parcelas de terra às famílias beneficiadas. Entretanto, nos últimos anos o processo evoluiu, deixando de ser exclusivamente de índole agro-distributivista, a ponto do principal dirigente do MST, João Pedro Stédile, afirmar ao autor deste dossiê que consideraria o movimento fracassado se os assentamentos se restringissem à produção agropecuária.⁵ No entendimento do MST a organização produtiva no interior dos assentamentos deveria dar respostas a todas estas expectativas que se vem cultivando com relação à mesma.

Ainda de acordo com STÉDILE (1998), difunde-se rapidamente no interior dos assentamentos as idéias que visam transformar a Reforma Agrária em um processo revolucionário no sentido da capacidade de mobilizar recursos ociosos de toda a natureza – naturais, econômicos, tecnológicos, educacionais, de cidadania, etc. – com o objetivo de tornar a vida rural não inferior em qualidade à vida urbana. Para isto tornar-se-ia necessário perseguir os objetivos de uma transformação produtiva do meio rural com equidade, que seriam: a) distribuir a posse da terra e a renda no meio rural; b) melhorar a qualidade de vida e o padrão de consumo; c) corrigir as fragilidades na incorporação do progresso técnico; d) reforçar a articulação produtiva; e) superar a insuficiência dinâmica na absorção da população economicamente ativa e, por fim, e) buscar a sustentabilidade por meio da competitividade autêntica (CEPAL, 1990).

⁵ Esta declaração se deu durante um encontro promovido pela Coordenação do MST no Estado de Sergipe, do qual participaram como convidados para discutir as possibilidades do agronegócio nos assentamentos os professores Vitor de Athayde Couto e Amílcar Baiardi, e no qual estava presente o dirigente João Pedro Stédile.

As novas exigências dos movimentos sociais, dos novos atores do mundo rural – do MST mas também de produtores-processadores-exportadores familiares integrados em cadeias agro alimentares modernas – passam, mais uma vez, a induzir a produção científica e a contextualizar os temas de investigação. O rural do MST e dos novos atores tratados por Ilse Scherer-Warren e por Celso Antonio Fávero já não pode ser representado como essencialmente agrícola e, de fato, já não o é. Os recentes trabalhos de GRAZIANO (1997 e 1998) sobre o novo rural – dos quais apenas o sobre turismo rural faz parte deste dossiê – têm o grande mérito de apresentar, sistematicamente, aquilo que já era evidente para muitos analistas dentro e fora do mundo acadêmico e que já era captado pelas estatísticas dos órgãos oficiais: parte considerável da capacidade de trabalho da família rural está hoje comprometida com atividades não agrícolas.

Aprofundar este conhecimento e mostrar o potencial da pluriatividade nas várias formas combinantes da atividade agrícola com a pequena indústria, caseira ou não, com o artesanato, com serviços diversos e com o turismo rural compatível com a agricultura sustentável, ou o da tridimensionalidade (eco-agro-turismo), é missão de suma importância. Por meio dela é possível orientar as expectativas de amplos segmentos da população rural – produtores assentados e não assentados, trabalhadores sem terra organizados ou não no MST e uma ampla faixa de agricultores que operam na escala familiar, média e patronal – que vêem nesta diversificação rural não agrícola a possibilidade de ascender a estratos de renda mais elevados e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida.

Da mesma forma que identificar novos atores e apontar caminhos para a diferenciação horizontal e vertical da agricultura familiar, é de grande importância ressaltar o ideal de sustentabilidade, uma aspiração de quase todos os segmentos das sociedades rural e urbana. A força dos argumentos do trabalho de Dufumier e Vitor Athayde, sua capacidade de convencimento e a esperança de um mundo melhor que ele consegue transmitir, complementa o instrumental teórico ou de referência para

novos estudos e para a ação política. Em síntese, a leitura deste dossiê contribui para o conhecimento dos novos atores de um rural em mudança e de suas estratégias de sobrevivência em uma conjuntura de crise e de desafios desconhecidos, impostos pelo aprofundamento da globalização econômica. Contribui também para a crença de que a ação destes agentes possa se dar dentro de um marco no qual seja possível difundir entre produtores rurais uma nova concepção de produção vegetal e animal, caracterizada por uma preocupação preservacionista em relação aos recursos naturais, passível de ser capitalizada como uma vantagem de mercado e vista como uma atitude de cidadania pela sociedade civil e pelo Estado.

Ao chegar-se a este ponto de inflexão, de possibilidade teórica de mutação para um modelo de crescimento que gere menos desemprego, menos exclusão e que seja de índole mais distributivista, é imperativo formular duas perguntas. A primeira delas seria se historicamente poder-se-ia evitar a adoção pela sociedade brasileira de um o modelo de crescimento econômico concentrador e centralizador, cuja face rural foi a "modernização conservadora da agricultura". A segunda seria se houve possibilidade teórica de escolha por parte da sociedade civil e do Estado no Brasil. Concretamente, poder-se-ia, em tese, optar por uma alternativa melhor? Poder-se-ia, com o argumento de melhor escolha, recusar o modelo de desenvolvimento concentrador, baseado na industrialização a qualquer custo, optando-se por um modelo descentralizado, industrialmente desconcentrador e fundamentado em um desenvolvimento rural socialmente mais justo e economicamente mais equilibrado? Se a resposta à primeira pergunta não pode ser peremptoriamente afirmativa, o mesmo não se dá em relação à segunda. A revisão da história do pensamento econômico brasileiro diria que sim, diria que já se cogitou de um modelo qualitativamente diferente.

A consolidação de um modelo de crescimento econômico setorialmente centralizador, espacialmente concentrador, urbanamente aglomerador e socialmente excludente, não foi uma fatalidade no caso do Brasil.

Na década de cinquenta – quando a economia do País ingressava em uma fase na qual se deu a endogeneização de sua dinâmica de acumulação através da expansão da indústria de bens de capitais, máquinas e equipamentos – houve lugar para se propor, como alternativa ao modelo de crescimento baseado na industrialização pesada a qualquer custo, o qual fascinava um amplo espectro dentro do pensamento econômico e político brasileiro, um modelo de desenvolvimento descentralizado. Nessa ocasião, Ignácio Rangel era o único economista, dentro de um amplo arco de cientistas sociais, que antevia a possibilidade de esgotamento do padrão de industrialização baseado na substituição de importações e recomendava uma política de desenvolvimento fundamentada no usos dos recursos ociosos, a qual supunha, dentre outras medidas, a reforma fundiária e o povoamento ao longo dos eixos rodoviários.

Em seu texto – considerado um clássico do pensamento econômico do Brasil (*A Questão Agrária Brasileira*) – escrito em 1958 para a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários, COPER, RANGEL (1962), destoava de seus colegas que trabalhavam nas principais agências de desenvolvimento (SUDENE e BNDE), afirmando claramente que o modelo de industrialização, baseado na substituição de importações, tinha uma dimensão de temporalidade e era autarcizante. O economista, que era uma voz isolada, já antevia problemas futuros decorrentes da elevada dependência da nascente industrialização do Brasil em relação a uma demanda pré-existente, formada por parcela da população com maior renda e por setores utilizadores de bens intermediários importados.

Sua proposta era diferente e consistia em tentar, com apoio do corpo social e do Estado, resolver a crise agrária, por ele entendida como sendo a crise matriz, causadora de todas as outras crises. Isto dar-se-ia por meio de uma reforma fundiária que solucionasse o problema do excedente populacional rural e reduzisse o fluxo migratório para as metrópoles. Na medida em que isto acontecesse, a combinação de fatores na função de produção da indústria urbana se definiria a partir de uma certa escassez de mão-de-obra, levando este setor a ser tecnologicamente mais

avançado, melhor remunerador da força-de-trabalho e mais competitivo no mercado internacional. Esta indústria, obviamente beneficiar-se-ia do crescimento da demanda efetiva nacional, a qual seria impulsionada pela modernização do setor agrícola, fundamentada na ruptura das estruturas monopolista-latifundiária e oligopolista-mercantil, comercializadora dos bens produzidos na agricultura. Na visão de Rangel, estes processos far-se-iam acompanhar da reforma agrária, que criaria milhões de pequenos e médios estabelecimentos rurais. Nada mais parecido com o que atualmente se apresenta como factível, teórica e praticamente.

Nesse texto de 1958, Ignácio Rangel já anunciava aquilo que mais tarde seria a sua marca nos diagnósticos da realidade brasileira: os recursos ociosos. Rangel tinha noção correta do papel do Estado como indutor da economia, investindo nas lacunas e brechas do tecido produtivo e na infraestrutura, com o objetivo de alavancar o investimento privado, por meio do aumento da eficácia marginal do capital. A propósito da originalidade do pensamento de Ignácio Rangel, cuja independência e rigor desagradava a "gregos e troianos", vide BIELSCHOWSKY (1988).

RANGEL (1962) insistia que os problemas brasileiros, com raízes em dualidades e que tinham uma dimensão bipolar, não poderiam ser resolvidos somente por intervenções em um dos pólos. Os problemas do complexo urbano-industrial só teriam soluções duradouras se fossem resolvidos os problemas impróprios do complexo rural. A visão de totalidade estruturante fica mais bem explícita quando ele associa o seu diagnóstico da realidade brasileira com terapias, ensejadas pela intervenção estatal certamente, uma intervenção que não criaria espaços privilegiados para empresas públicas, que não fundaria monopólios estatais e que não restringiria e nem inibiria o investimento privado.

Em sua obra seguinte (*Recursos Ociosos na Economia Nacional*), publicada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, IGNÁCIO RANGEL (1980) retoma mais incisivamente seus argumentos, mostrando que uma industrialização que não fosse precedida de uma transformação agrária que apontasse para o aproveitamento de recursos ociosos e a

ampliação do mercado interno, garantindo uma demanda efetiva cuja dimensão se sobrepusesse às oscilações subconsumistas, seria uma industrialização espasmódica. Uma indústria impulsionada pela substituição de importações, estaria sujeitos a crises, flutuações, etc. e, provavelmente, seria incapaz de se constituir em setor moderno, produtor de bens avançados tecnologicamente e inserida no mercado internacional. As conexões entre um setor agrícola capitalista com predomínio da organização familiar e uma economia urbano-industrial avançada, apareciam claramente nas construções do pensamento de Rangel. Certamente a realidade brasileira seria outra se suas propostas se transformassem em políticas de governo.

As teses de Ignácio Rangel não prevaleceram e teve-se, como ajuste para a crise da primeira metade dos anos sessenta, 1) a intensificação da industrialização substituidora de importações, 2) os estímulos à concentração da atividade econômica nas grandes cidades e na região sudeste, 3) a magnificação das cidades e 4) a modernização conservadora da agricultura, que manteve as terras concentradas e predominantemente ociosas, não internalizando devidamente a infraestrutura e aumentando a exclusão social.

Decisiva para o predomínio do modelo de crescimento industrialmente concentrador, socialmente excludente e agrariamente conservador, foi a correlação de forças desfavoráveis aos movimentos e partidos progressistas, a qual permitiu a vitória do levante golpista e a ditadura militar por mais de vinte anos. Atualmente, com uma correlação de forças progressivamente favorável e com um instrumental teórico em construção, como evidencia a qualidade dos textos deste dossiê, o corpo social e o Estado⁶ no Brasil dão sinais de uma vontade política de busca de um novo modelo de desenvolvimento urbano e rural, voltado para a economia dos recursos não renováveis, ou renováveis a custos crescentes, para

⁶ A maior evidência do empenho do Estado com um novo modelo de desenvolvimento é o esforço da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura para – com recursos do Programa de Apoio à Agricultura Familiar, PRONAF, e coordenadamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – implantar em todos os municípios brasileiros planos locais de desenvolvimento sustentável, baseados na agricultura familiar.

a redução dos desperdícios e que também seja socialmente abrangente e politicamente participativo. Não se pode perder esta segunda oportunidade de associar no meio rural a modernização com os princípios universais da modernidade, sob pena de que a única alternativa que reste seja a barbárie, no sentido menos kantiano e mais frankfurtiano do termo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABROMOVAY, R.
1992 **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/ UNICAMP.
- ALVES, E. R. A.
1979 **A produtividade da agricultura**. Brasília: EMBRAPA.
- ALVES, E. R. A.
1981 **Mudanças tecnológica da agricultura brasileira**. Brasília: EMBRAPA.
- ALVES, E. R. A.
1984 Desenvolvimento econômico brasileiro: efeitos sobre a migração rural-urbana. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Anais ...** Piracicaba: IAAE/FEALQ/ESALQ.
- AIDAR, A. C. K., PEROSA JUNIOR, R. M.
1981 Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura, **Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 3, jul./set.
- BAIARDI, A.
1982 A penetração do capitalismo na agricultura e a reforma agrária, **Reforma Agrária**, v.12, n. 1, jan./fev.
- BAIARDI, A.
1986 **Inovações tecnológicas e trabalho assalariado na agricultura brasileira**. Campinas, Tese (Doutorado) UNICAMP.
- BAIARDI, A.
1987 A descontinuidade do tempo de trabalho na agricultura e as implicações sobre a estabilidade da empresa capitalista: uma análise da visão de Marx, **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, n. 2, abr./jun.
- BENDIX, R.
1996 **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP.
- BIELSCHOWSKY, R.
1988 **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/IMPES.
- CEPAL
1990 **Transformación productiva con equidad**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

- DELGADO, G. C.
1985 **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP.
- FARINA, E. M. Q., ZYLBERSTAJN, D.
s/d **Competitividade e organização das cadeias agroindustriais**. São Paulo: PENSA.
- FURTADO, C.
1972 **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro/Civilização Brasileira.
- FURTADO, C.
1998 **O capitalismo global**. Rio de Janeiro/Paz e Terra.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.)
1978 **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec.
- GRAZIANO DA SILVA, J.
1981 **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec.
- GRAZIANO DA SILVA, J.
1982 **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar.
- GRAZIANO DA SILVA, J.
1997 O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio.
- GRAZIANO DA SILVA, J.
1998 Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: AGUIAR D. R.D., PINHO J. B. **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Poços de Caldas: SOBER.
- GORENDER, J.
1985 **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática.
- GORENDER, J.
1986 **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- GUIMARÃES, A. P.
1977 **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUIMARÃES, A. P.
1978 **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KAGEYAMA, A. et al.
1986 O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. C. et al. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA.
- KAUTSKY, K.
1974 **La cuestión agraria**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno S/A.
- LENIN, V. I.
1973 **El desarrollo del capitalismo en Russia**. Buenos Aires: Ediciones Estudio.
- MARTINE, G.
1990 Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, jun.
- MOORE, B.
1983 **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes.

- MÜLLER, G.
1979 **Penetração de empresas transnacionais nos complexos agro-industriais de pecuária de carne, de pecuária de leite, cereais, oleaginosas e fumo.** São Paulo: CEBRAP.
- NAKANO, Y.
1981 A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 3, jul./set.
- PAIVA, R. M.
1968 O mecanismo de autocontrole no processo de expansão de melhoria técnica da agricultura. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, set.
- PAIVA, R. M. et al.
1973 **Sector agrícola no Brasil, comportamento econômico, problemas e possibilidades.** São Paulo: Secretaria de Agricultura,.
- PRADO JUNIOR, C.
1966 **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense.
- RANGEL, I.
1962 **A questão agrária brasileira.** Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.
- RANGEL, I.
1980 **Recursos ociosos e política econômica.** São Paulo: Hucitec.
- SILVA, S.S.
1983 Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: BELLUZO L. G .M., COUTINHO, R. (orgs.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil, n. 2.** Ensaíos sobre a crise. São Paulo: Brasiliense.
- STÉDILE, J.P.
1998 Dinamizando a agricultura e criando empregos: com reforma agrária e um novo modelo de desenvolvimento. In: AGUIAR D. R. D., PINHO J. B. **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas.** Poços de Caldas: SOBER.
- SZMRECSÁNYI, T.
1979 **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975).** São Paulo, Hucitec/UNICAMP.
- SZMRECSÁNYI, T.
1983a Política agrária e relações de trabalho na produção agropecuária do Brasil contemporâneo. **Cadernos IFCH/UNICAMP.** Campinas.
- SZMRECSÁNYI, T.
1983b Análises de economia agrícola e da questão fundiária. **Cadernos IFCH/ UNICAMP.** Campinas.
- SZMRECSÁNYI, T.
1984 O desenvolvimento da produção agropecuária. In: FAUSTO, B. (org.) **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL. t. 3, v. 4.
- SZMRECSÁNYI, T.
1990 **A pequena história da agricultura brasileira.** São Paulo: Contexto.
- VINHAS, M.
1980 **A terra, o homem, as reformas.** Rio de Janeiro: Graal.